

O trabalho docente e os rumos da profissão: um olhar para o exercício da docência na UFU

*Noádia Munhoz Pereira*¹

RESUMO

A pesquisa está em fase de desenvolvimento e têm como objetivo de análise a profissionalização da docência na universidade pública brasileira e em específico nos cursos de licenciatura da Universidade Federal de Uberlândia. Pressupõe-se que as mudanças de paradigmas educacionais estabeleceram novas palavras de ordem para as condições de trabalho docente e influenciaram sobremaneira a prática docente. Sendo assim, a metodologia da pesquisa conta com análise documental e revisão de literatura dos principais clássicos da sociologia da educação e com a participação dos professores em exercício por meio de depoimento em questionário semi-estruturado reportando-se sobre questões cotidianas de seu trabalho em sala de aula. Os principais resultados obtidos evidenciaram o esforço em estabelecer espaços de reuniões em grupo para o planejamento do ensino; desejo de ampliação de autonomia didático-pedagógica; e flexibilização da jornada de trabalho a serem distribuídas em planejamento, orientação do aluno, pesquisa, reuniões administrativas e avaliação.

Palavras chaves: Metodologia de ensino, docência universitária, identidade docente e licenciaturas.

The teaching work and the direction of the profession: a look at the exercise of teaching in the UFU

ABSTRACT

The research is in the development stage and have as objective to analyze the professionalization of teaching in public Brazilian university and in

¹Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia e membro do grupo de pesquisa trabalho, educação e sociedade (GPTES). E-mail: noadia.pereira@ufu.br

particular in degree courses at Universidade Federal de Uberlândia. It is assumed that changes in paradigms of education established new slogans for the conditions of teaching work and influenced greatly the teaching practice. Thus, the research methodology relies on documentary analysis and review of the literature of the major classics of sociology of education and with the participation of teachers in the exercise by means of testimony in a semi-structured questionnaire reporting on issues of daily living from their work in the classroom. The main results showed the effort to establish spaces for group meetings for the planning of teaching; desire for expansion of autonomy didactic-pedagogical; and easing the work day to be distributed in planning, orientation of the student, research, administrative meetings and evaluation.

Keywords: teaching methodology, teaching, University teaching and undergraduate identity.

* * *

“Sou professor a favor da boniteza de minha própria prática, boniteza que dela some se não cuido do saber que devo ensinar, se não brigo por este saber, se não luto pelas condições materiais sem as quais meu corpo, descuidado, corre o risco de se amofinar e de já não se testemunho que deve ser lutador pertinaz, que cansa mas não desiste”.

(Paulo Freire, 1996)

Introdução

Este estudo parte do pressuposto que as relações de trabalho no ensino superior confrontam com uma realidade em evolução e intensas mudanças que alteram significativamente a valorização, as funções sociais e os papéis dos profissionais imbuídos com os dilemas atuais da profissão docente. Interessa-nos sublinhar os aspectos que apontam para a necessidade da implementação de políticas públicas educacionais que se apoiam em práticas de auto formação e autogestão das aprendizagens e principalmente para a defesa da tecnologização do ensino. A evolução tecnológica tem conduzido o trabalho docente por meio da instrumentalização da inovação com vistas à elaboração do discurso da qualidade da educação. Neste caso abre margem

para inserção de critérios de eficácia na especificidade do trabalho pedagógico. (HARGREAVES; 2004, p. 21)

Neste sentido, em conjunto com as transformações didático-pedagógicas para a docência universitária, o movimento histórico de reestruturação produtiva do capital aprofunda a instabilidade dos planos de governo e altera o modo de produção capitalista estabelecendo novas relações de controle perante o processo de produção do trabalho docente. O despertar de profundas crises no sistema capitalista introduz novos mecanismos de racionalização e intensificação do trabalho já que o sistema não consegue mais responder ao antigo modelo taylorista-fordista de acumulação produtiva do capital. (MÉSZAROS; 2008,p 89)

A gestão do trabalho docente e a formação dos professores nos cursos de licenciatura acompanham o movimento reformador herdado pelas reformas educacionais pós Bresser Pereira, o que por sua vez, curiosamente, introduz novas palavras de ordem e novas prioridades para a agenda política, tais como, privatização, terceirização, proletarização, professores-funcionários, alunos-clientes, competência, expansão, reestruturação, qualificação, empreendedorismo, dentre outras ambiguidades conceituais no âmbito educacional das Instituições federais de ensino superior (IFES) e que serão elementos de problematização.

A ênfase para a elaboração de um conjunto de saberes próprios da docência constitui-se o fio condutor das análises, pois a consolidação de um ideário coletivo é fundamental para que a profissão docente seja mais valorizada e esteja presente na agenda dos debates político-educacionais em torno de novas propostas com relação a natureza do saber pedagógico e o lugar da profissão docente. Portanto, a sistematização coincide com a reivindicação de um processo de construção da função docente.

É preciso romper com a lógica estatal da educação e com a imagem profissionalizada das escolas: o papel do Estado na área do ensino encontra-se esgotado, a vários títulos, sendo urgente legitimar

novas instâncias e grupos de referencia no domínio educativo, simultaneamente, impõe-se questionar o papel exclusivo dos professores na organização e direção do trabalho escolar, e a sua subordinação às autoridades estatais. (NÓVOA a, 1999, p.23)

As condições concretas do trabalho docente apresentam a necessidade de revisão e reelaboração, o que implica analisar os determinantes externos que limitam a produção do conhecimento e o desempenho na profissão. Porém, a definição social da profissão docente influencia a sistematização do conjunto de critérios formativos. O papel do estado é de influenciador das práticas de ensino, pois como bem afirmou em tempos de reformas educacionais, o educador Antônio Nóvoa, ressalta que é preciso legitimar novas instâncias de reflexão, debate e discussão em torno da organização do trabalho docente que vá de encontro efetivamente com as necessidades de quem vivencia o espaço educativo.

O fenômeno da racionalização e a intensificação do trabalho docente

Os principais fatores responsáveis pela existência de algumas teses da proletarização residem nas consequências do processo de reestruturação produtiva, da introdução de conceitos como globalização, flexibilização e competências, isto é, de racionalização do trabalho no âmbito educativo. Também, historicamente, a deterioração das condições de vida e de trabalho dos professores especialmente do setor público por meio da perda do poder aquisitivo dos salários acelerou o processo da proletarização, fenômeno esse, extensivo até a década de 1980, sendo fator amplo de mobilização de muitas greves neste século. (ALVES; 2016, p. 121)

A acelerada transição para uma sociedade urbano-industrial promoveu o aparecimento de uma nova categoria docente pertencente às camadas da burguesia e das altas classes médias, que foram proletarizados socialmente, devido ao monopólio das relações sociais de produção

capitalista do século passado. (BITTAR & JUNIOR 2010, p. 2). O reflexo dessa transição produziu a precarização estrutural do trabalho e acentuou a desqualificação da força de trabalho, a intensificação da jornada e do ritmo do trabalho e a adoção do desenvolvimento de diferentes tarefas com o intuito de aumentar a qualificação e proporcionar a valorização do capital.

Na perspectiva educacional as mudanças ocorridas no mundo do trabalho incorporaram à educação um padrão flexível materializados em propostas de reformas curriculares e em políticas de formação de professores. Os processos de organização e gestão do trabalho taylorista/fordista com seus métodos flexíveis acabaram por acentuar os espaços de contradição existentes no âmbito da pedagogia ao exigir um novo tipo de disciplinamento, “mudam as capacidades, agora chamadas de competências no âmbito da pedagogia toyotista, que se deslocam das habilidades psicofísicas para o desenvolvimento de competências cognitivas complexas”. (KUENZER, 2002, p.3)

Assim, as especificidades decorrentes da reestruturação produtiva reproduzem esta fragmentação através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão do trabalho pedagógico. A constante sujeição à desqualificação e precarização demonstram as marcas da condição ‘proletária’ que afetam o trabalho docente. Os debates em torno da proletarização do trabalho docente levam a primeira análise sobre o sentido da desqualificação do próprio trabalho pedagógico desenvolvido enquanto tarefa que enriquece e que qualifica para o trabalho em si. Situam-se nas condições de organização e gestão de novos processos de trabalho mediante a invenção dos incrementos de conteúdos e métodos e os debates fazem jus às demandas de base tecnológicas flexíveis decorrentes da reestruturação produtiva ao elencar interpretações que explicam o trabalho docente como característica do capitalismo. (ALVES; 2016, p.124).

É importante considerar os discursos veiculados e os posicionamentos sobre a situação da profissionalização na produção da identidade docente em seu contexto laboral, de modo que, é fruto das relações de trabalho

empreendidas pelo sistema, pela categoria e pelas políticas de formação, “a identidade docente é negociada entre essas múltiplas representações, entre a quais, e de modo relevante, as políticas de identidade estabelecidas pelo discurso educacional oficial”. (GARCIA & HYPOLITO & VIEIRA, 2005, p.47).

Em destaque as possibilidades de investigação das identidades docentes estão na maneira como o profissional concebe seus processos de trabalho, privilegiando suas narrativas acerca de si mesmos e de seu contexto de trabalho, pois são certamente as questões das condições do trabalho concreto que disponibilizam a problematização da identidade desse profissional. Nesse sentido, é necessário enriquecer as tarefas, pois “*não adianta qualificar o trabalhador para o trabalho desqualificador, o que qualifica ou desqualifica é o próprio trabalho. Qual é então, a nossa pedagogia? É a de enriquecer a tarefa, qualificar o próprio trabalho*”. (ARROYO 1997, p. 63) Sendo assim, a tendência é eliminar as tarefas embrutecedoras e desqualificadas chamando a atenção para a pedagogia das relações de trabalho que institui a nova cultura institucional no local de trabalho ao enfatizar a produção coletiva, a criatividade e a autoestima.

O discurso produzido em torno da profissionalização docente de maneira geral tem induzido comportamentos e prescrevendo atitudes não muito coerentes, mas ambíguas quanto ao excesso da retórica no intuito de esconder a pobreza das políticas ao mostrar o excesso das linguagens dos especialistas internacionais à pobreza dos programas de formação de professores, do excesso do discurso científico-educacional à pobreza das práticas pedagógicas, chamando a atenção de que a educação tem sido considerada “o grande mercado do século XXI”. (NOVOA 1999, p. 5).

A pesquisa desenvolvida por Oliveira (2004) afirma que as reformas educacionais têm repercutido sobre a organização escolar provocando uma reestruturação do trabalho pedagógico, bem como, sobre a proletarização do trabalho docente. As exigências da acumulação fordista/taylorista aos imperativos da globalização trouxe adequação da educação a essas

demandas como mecanismo de redução da desigualdade social. Sua pesquisa discute no âmbito da sociologia das profissões sobre as consequências da proletarianização técnica que significa a perda do controle sobre o processo e o produto do seu trabalho, e/ou a proletarianização ideológica que significa a expropriação dos valores a partir da perda do controle sobre o produto do trabalho e da relação com o seu entorno.

A identificação da proletarianização a luz da presença de um amplo processo de desqualificação e de precarização também faz parte do que Ricardo Antunes designa como o novo proletariado inserido na nova morfologia do trabalho. O conceito a seguir:

A constatação parece inevitável: em plena *era da informatização* do trabalho, do mundo *maquinal* e *digital*, estamos conhecendo a *época da informalização* do trabalho, dos terceirizados, precarizados, subcontratados, flexibilizados, trabalhadores em tempo parcial, do *subproletariado*. (ANTUNES 2008, p. 26)

O trabalho aparece com a formação de uma nova classe operária formada pela expansão de outras categorias intermediárias e pela inserção de novos agentes, ou seja, a nova classe operária é decorrente do desenvolvimento das diferentes formas que a divisão do trabalho² adota. O conjunto dessas inovações representa o ensejo de novas formas de controle do trabalho sob um discurso ideológico que enfatiza a qualificação e a escolarização para a realização de um trabalho mais intelectual e menos manual, fundado na tecnologia informacional. Assim, “a construção do novo trabalhador implica em ter controle sobre ele e aumentar a produtividade numa crescente desqualificação das relações laborais”. (PREVITALI; FAGIANI 2014, p.764)

As discussões em torno do conceito de proletarianização abrange toda a

²A divisão do trabalho permaneceu o princípio fundamental da organização industrial “nenhuma sociedade antes do capitalismo subdividiu sistematicamente o trabalho de cada especialidade produtiva em operações limitadas. Esta forma de divisão do trabalho torna-se generalizada apenas com o capitalismo”. (BRAVERMAN 1981, P.70)

composição das relações sociais de produção e entre os agentes da produção e seus meios de trabalho, pois quem detém o controle dos meios de produção dominam o processo de trabalho como um todo, assim como as varias formas de exploração desse mesmo trabalho. Com a evolução das forças produtivas³ outra dimensão é ressaltada provocada, pelo desenvolvimento da divisão do trabalho e pelas diferentes formas de intercâmbio com a natureza. É justamente na divisão do trabalho social que a sociedade se fragmenta em classes entre os que detêm os meios de produção e a classe explorada, isto é, o proletariado. Portanto, a definição dos lugares ocupados pelos docentes na divisão social do trabalho corresponde aos seus lugares de dominação, subordinação e resistência.

A definição do trabalho docente destituído dos seus meios de produção convoca suas forças de trabalho para serem vendidas no mercado de trabalho, na medida em que não decidem sobre os benefícios de seu trabalho e das diversas formas de organização que assume pelas demandas do capital, está esse trabalho, sendo proletarizado. Neste interim as teses da proletarização, buscam de certa forma compreender essa relação com o mundo do trabalho e seus impactos no trabalho docente.

Considera-se proletária a classe que é explorada no modo de produção capitalista, tanto nas relações técnicas de produção como nas relações de classe de produção. Nas diversas formas que a organização do trabalho assumiu desde a manufatura, formas de cooperação e de interação no trabalho sempre estiveram presentes, demarcando um caráter de subordinação e de resistência do homem no trabalho, a exemplo das práticas que dividiram as formas artesanais de produção, evidenciadas na evolução do processo de histórico de expropriação gradativa do trabalhador dos seus instrumentos de trabalho. As razões que levam *o trabalho docente a ser rotulado de proletariado* podem ser compreendidas a

³ Segundo Braverman (1981) o trabalho é uma atividade que altera o estado natural das coisas em favor da melhoria de sua utilidade e pressupõe-se que ele é exclusivamente humano, assim todo o ser humano é portador de uma porção de força de trabalho que emprega em seu favor.

luz dessas explicações. Ainda que consideremos o quanto o trabalho docente não é desenvolvido nas mesmas condições dos trabalhadores das indústrias, ele está submetido aos mesmos processos estruturais da maioria dos trabalhadores assalariados. (ALVES, 2009, p.35 grifos meus)

A ênfase ao trabalho docente proletarizado vem assumindo maior centralidade devido as recentes transformações decorrentes do processo de reestruturação produtiva⁴. Por isso que os efeitos amplos e consistentes da proletarização segundo Apple (1987) traz as mulheres em específico (americanas) uma sujeição maior ao processo de proletarização do que os homens, haja vista, que esse padrão é naturalmente reproduzido dentro da realidade educacional, que por sua vez, com a integração dos sistemas de gerenciamento, no âmbito educacional desenvolve-se a adesão a planos curriculares reducionistas com conotação comportamental de procedimentos avaliativos automatizantes e excludentes, levando a uma separação total, entre a concepção e a execução do trabalho pedagógico.

As características fundantes aqui retratadas enfatizam tanto o aspecto histórico de modificações do trabalho em si quanto às questões relativas ao que levou a proletarização do trabalhador, prefiro me aproximar mais das questões que levam a defesa da existência de uma *classe subproletariada*, mas que nem sempre podem ser cogitadas com tão veemência entre os professores, entre os docentes pesquisadores, pois é essa categoria que tem o dever de impulsionar um olhar mais crítico-reflexivo sobre o projeto de educação para uma sociedade mais humana.

⁴“(…)o que antes era chamado de setor informal no idioma oficial das instituições internacionais foi redefinido como um mundo de microempresas. O destino dessas empresas é então ligado ao do capital pela ampliação do micro crédito e das micro finanças. Esses esquemas estendem pequenas quantidades de crédito a coletivos dentre os dois bilhões de pessoas que vivem com menos de dois dólares por dia. O objetivo alegado é permitir à população sair da pobreza e participar do alegre, negócio da acumulação do capital. (HARVEY 2011, p.121) A geografia da acumulação do capital contextualiza os envolvidos na sua produção e expande diversificadamente as esferas de atividades de consumo e sociabilidades desse capital rentável. A classe trabalhadora reduz seu status ao de uma “subclasse descartável”. (p.125).

Questões de classe permeiam toda a caracterização das teses de proletarização, no entanto, ressaltando aquelas que trazem um recorte teórico mais clássico do que descaracterizou o trabalho docente ao longo dos tempos.

Se a sociedade capitalista inaugurou um novo modo de produção excludente, com certeza as pessoas vão excluir o que está ao seu redor, se a divisão do trabalho trouxe a fragmentação, logo o trabalhador também encontrará-se parcelarizado em suas questões pessoais, portanto, a força de trabalho é o que move o seu trabalho, a ontogênese da natureza do seu trabalho é a peça fundamental para descobrir o que pode modificar nessa realidade amorfa, alienada e sem sentido, no qual os trabalhadores em geral têm se percebido no interior das instituições educativas e, portanto pertencentes a uma massa de trabalhadores que precisam pensar em um projeto de sociedade, trazendo em primeira instância um *projeto de educação*.

São as relações de trabalho estabelecidas entre as classes que possibilitarão a qualificação com um olhar mais humanístico e emancipatório e não meramente técnico e instrumental.

Um pouco sobre o exercício da docência

A apresentação de uma aprendizagem profissional docente que valorize a aprendizagem da profissão em exercício, os encontros constantes dos seus pares sempre presente nas práticas investigativas apontando os indicadores de um trabalho menos restrito e mais necessário para aquele que está construindo um novo saber é de suma importância. Os níveis de construção do conhecimento sobre a profissão no início de carreira parte do pressuposto básico de que a dicotomia existente entre o saber versus o fazer devem possibilitar o alinhamento de propostas auxiliares para a reflexão pedagógico-curricular/teórico-prática acadêmica, eliminando assim, os reducionismos para a formação dos professores universitários. (PIMENTA; 2002, p.39).

As condições objetivas de o trabalho docente a seguir desenvolvem concepções de reflexão crítica que supere o modelo de racionalidade técnica e adote uma atitude menos pragmática e revela que o professor necessita de aprender ensinando a realidade vivida a partir exclusivamente da adesão de um caso particular, de seu estudo de caso exploratório, que no nosso caso, é o contexto brasileiro e a codificação de seus resultados de aprendizagem a partir da inserção desse profissional no mercado de trabalho. O quadro de referencia revela a perspectiva de intervenção no movimento constante de ação-reflexão-ação que intenciona a transformação contínua e dialética da prática docente quando o planejamento do professor direciona-se para a formação de professores comprometidos o suficiente com a possibilidade pedagógica de transposições dos padrões de formação.

Guarnieri (2005) nos alerta para a necessidade de repensar o papel do profissional em educação e na necessidade de revelar o que na cultura escolar, em seus, valores, crenças e normas organizacionais devem ser aceitos ou não como determinantes na condução de objetivos teórico-práticos no exercício da docência. Identificar os espaços de autonomia para o trabalho é importante para a consolidação da articulação entre *saber e poder* e é também pré-requisito para a reflexão da competência docente. Essa percepção é resultado inevitável para detectar a intenção, o sentido e a libertação para a formação dos professores.

Nessa mesma direção, Silva (2005) compreende que o professor é um ser social dentro de sua cotidianidade por isso sugere que se mude o paradigma da formação de professores para não termos uma fragmentação da profissão rumo à superação do pragmatismo e do pensamento alienado. Sendo assim, a concepção de professor aqui é a de um profissional intelectual, consideramos que ele é capaz de refletir sobre o seu trabalho e é capaz de transcender a alienação, não é como um mero executor de tarefas. Esses profissionais começam por transformar as tradições e condições quando questionam a sociedade dominante, seus valores e conhecimento em suas várias representações, as controversas são os elementos mais sublimes

de legitimação e contestação da autoridade e expressão das contradições ora presentes e cristalizadas no fazer pedagógico e na sala de aula. Os intelectuais que transformam a realidade assumem seriamente essa tarefa de argumentar nessa direção.

Ao encarar os professores como intelectuais, podemos elucidar a importante ideia de que toda a atividade humana envolve alguma forma de pensamento. Nenhuma atividade, independente do quão rotinizada possa se tornar, pode ser abstraída do funcionamento da mente em algum nível. Este ponto é crucial, pois ao argumentarmos que o uso da mente é uma parte geral de toda a atividade humana, nós dignificamos a capacidade humana de integrar o pensamento e a prática, e assim, destacamos a essência do que significa encarar os professores como profissionais reflexivos. Dentro deste discurso, os professores podem ser vistos não simplesmente como

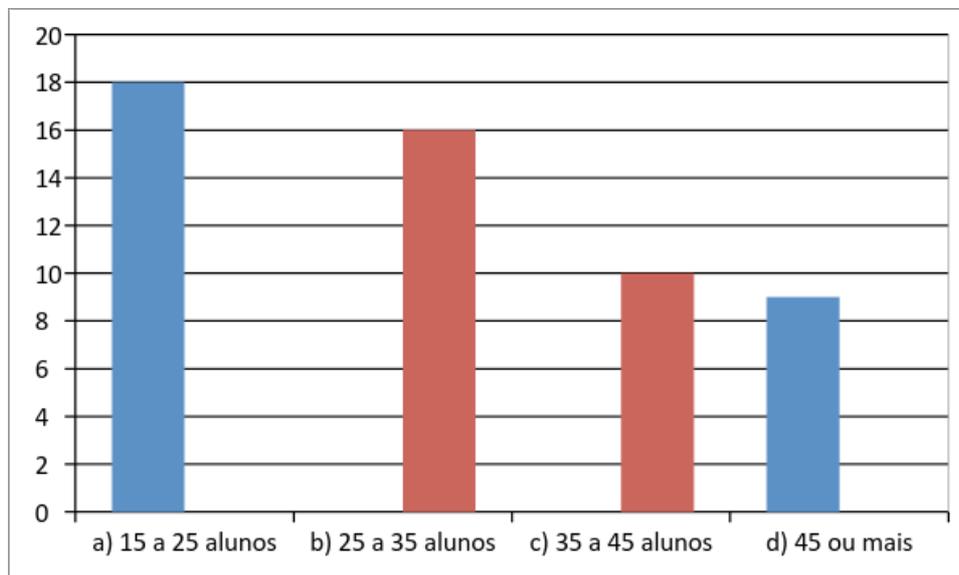
operadores profissionalmente preparados para efetivamente atingirem quaisquer metas a eles apresentadas. Em vez disso, eles deveriam ser vistos como homens e mulheres livres, com uma dedicação especial aos valores do intelecto e ao fomento da capacidade crítica dos jovens. (GIROUX, 1997, p. 161).

Para tanto, o papel do docente é de transformação, integração e construção da pessoa humana em sua singularidade. Estamos traçando os rumos para a construção do pensamento humano e de concepções desenraizadas da superficialidade do cotidiano. Embora, os professores intelectuais tenham a responsabilidade primeira de desmistificar as contradições existentes na sociedade capitalista o seu envolvimento depende de como é realizada a abstração da realidade, seu pensamento, a elaboração da crítica do pensamento e posteriormente sua ação em apresentar essa crítica científica ao outro. Essa atividade em toda a sua complexidade é que explicita a natureza do trabalho político-pedagógico do fomento a criticidade e da formação humana.

Neste sentido, a pesquisa ao investigar cada realidade em sua especificidade em cada departamento, apreendeu e contextualizaram pontos

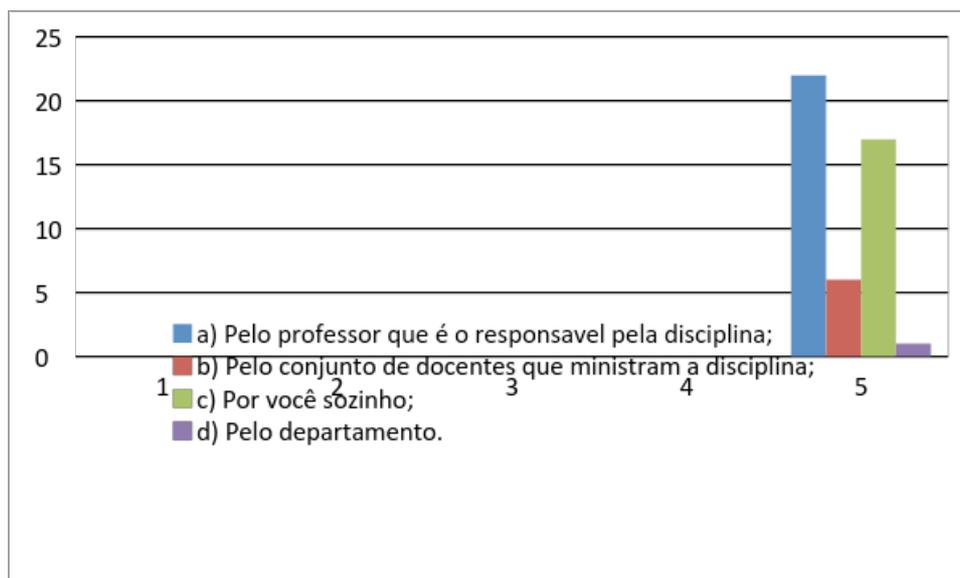
de análise do exercício da docência universitária, quais sejam: planejamento, jornada de trabalho, números de alunos por sala, métodos, recursos didáticos e concepção de avaliação. Cada eixo aqui elencado corresponde a um conjunto de questões que cada professor respondeu reportando-se a sua prática como docente. Em destaque os métodos e recursos didáticos deixaram marcas profundas nas práticas veiculadas e construídas em cada realidade, de modo que, predominam a inclusão de uma abordagem menos técnica na explanação do conteúdo em sala de aula.

As questões foram dirigidas apenas aos professores do quadro permanente que lecionam nos cursos de licenciatura, portanto, foi possível abranger os cursos de Licenciatura em Pedagogia, Matemática, História, Geografia, Artes Visuais, Ciências Sociais, Música, Ciências Biológicas e Educação Física da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Sendo assim, sobre o número de alunos por sala temos:



Fonte: (Instrumentais de pesquisa: questionários semi-estruturados)

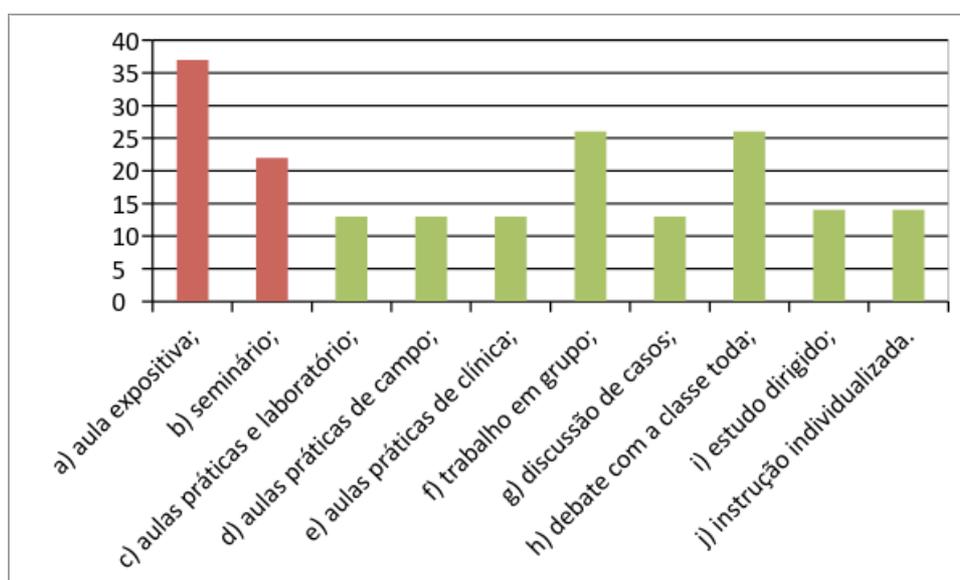
Sobre o planejamento do ensino temos a seguinte variação estatística:



Fonte: Dados questionários instrumentais da pesquisa: questão 3 : planejamento

Na medida em que, cada professor, problematizou sobre a sua realidade, foi possível apreender que muitos em sua maioria, sentem-se sozinhos nessa tarefa de planejar, 70% dos docentes demonstram que a realização é feita pelo professor que é o responsável pela disciplina e outros 50% por ele mesmo sozinho conforme sinaliza o gráfico no item a) e c), aproximadamente 40 respondentes optaram pelo item a) e c). Foram apenas 6 respondentes que explicitaram a prática de planejar em conjunto por meio dos docentes que ministram a disciplina, haja vista a importância dessa prática para o exercício da docência, no entanto, existe a autonomia desse professor para escolher os conteúdos mais adequados para o semestre. Por outro lado, denota-se, por sua vez, a carência de envolvimento do docente em comunicar seus anseios didático-pedagógicos antes mesmo de inserir o conteúdo aos alunos com mais cautela e aplicabilidade ao interesse da profissão docente. Quando inquiridos sobre quando e como é realizado o planejamento de sua disciplina bem como, as seleções do conteúdo programático a serem direcionadas aos alunos as concepções variam desde ao que é fixo para todos no departamento até ao conjunto de professores que constroem em reunião de grupo em seu departamento o plano da disciplina para o semestre.

Segundo manual do planejamento e organização do ensino universitário com SALDANHA (1978) os esquemas de comunicação da aprendizagem apresentam retórica que definem meios de persuasão que implica grande dificuldade de assimilação dos conteúdos por não haver a solicitação do professor como mediador na aplicação da informação nova que é em si formulação prévia apenas do professor e individualizada. As consequências desse planejamento são sensivelmente sentidos na informação da aprendizagem, pois os alunos nem sempre se sentem capazes de estabelecer aplicação dos princípios no processo ensino-aprendizagem.

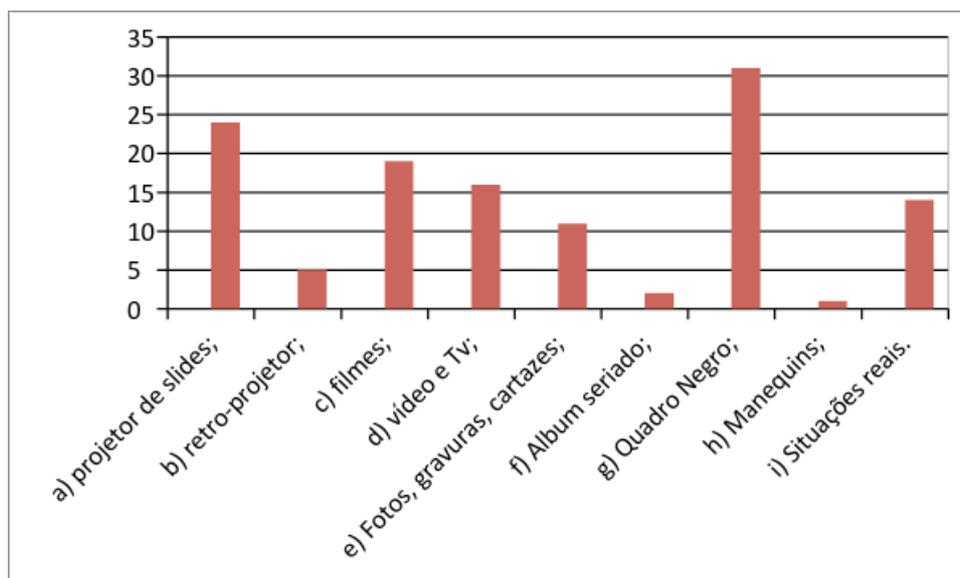


Fonte: Dados dos questionários semi-estruturados aplicados individualmente: questão 16: método

É frequente nos dados coletados a preocupação da maioria dos professores questionados a ênfase em trazer o máximo do conteúdo explorado em sala de aula, independente da concentração da área de estudo, mediante aula expositiva. A esse respeito temos a reflexão de Dias e Veiga (2011) que reforçam a necessidade de se estabelecer uma rede de produções científicas coletivas que questionem os métodos tradicionais e o saber técnico a ser ensinado e readaptado de sua cientificidade e transposto de

fato para o saber de sala de aula. As autoras elaboram novas competências profissionais para ensinar, quais sejam: organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão das aprendizagens; envolver os alunos em suas aprendizagens, por sua vez, culmina na leitura pedagógica de propor a autoformação entrelaçada com o ato de transformação didática começando pelo professor.

O trabalho em grupo e o debate com a classe toda se revelou presente e superou a perspectivas de que as teorias da reprodução dos anos 70-80 colaboraram por explicar o fracasso escolar demonstrando a reprodução das desigualdades sociais que não são suficientes para a compressão das mediações que se processam as práticas pedagógicas e a ação do trabalho docente. Em colaboração com as afirmações de Pimenta (2002) os saberes da docência se resumem em três: a experiência, o conhecimento e os saberes pedagógicos, por isso, que a reorientação possibilita esse nexo de situação e amparo didático. A documentação das escolhas mais frequentemente optadas pelos professores na instituição possui certa intencionalidade no sentido de trazer elementos para o enfrentamento de situação de ensino mais complexas.



Fonte: Instrumental de pesquisa questão 17: recurso didático

Identificamos a predominância de metodologia de aulas expositivas

no exercício da docência universitária nos cursos de licenciatura da UFU, de um lado, os dados demonstram o esforço dos docentes em diversificar os métodos de ensino através da adesão aos seminários e o trabalho em grupo, por outro lado, o uso dos recursos didáticos tradicionais evidenciados pelo 'quadro negro' é o mais utilizado depois do projetor de slides, filmes, situações reais, fotos e gravuras. Os professores em sua maioria têm demonstrado abertura para a inovação em seus recursos didáticos em sala de aula, no entanto, ainda reproduzem antigas práticas no exercício do magistério superior. (PIMENTA, 2002, p.31)

Sem dúvida, foi possível reconhecer a necessidade de estabelecer uma relação de aprendizagem de estudo e reflexão de maneira interdependente e inseparável, sobretudo das situações cotidianas do aluno e de suas relações sociais, o que possibilita, por sua vez, a construção de conceitos-chaves relacionadas ao exercício da indagação no decorrer da aprendizagem.

Embora, tenhamos ressaltado a natureza do trabalho pedagógico de construção da consciência política, a relevância de tal prática em nossas vivências da prática docente cotidiana muito ainda deve ser reelaborado e repensado no interior da sala de aula e sobre o saber ensinado nela. Conforme os dados demonstraram em parte, o trabalho de ensinar sobre formar professores deve partir de situações reais e, além disso, pressupõe perseverança, intersubjetividade, apoio coletivo e cooperação. Em síntese, implica a busca cada vez mais rigorosa de possibilidades de realização,

implica um esforço de coerência e lucidez em relação à ação, num esforço de investigação em busca da melhoria na própria prática, expectativa essa que move o profissional no sentido de escolher mudar ou superar um estado de coisas que não lhe satisfaz. (GIOVANNI, 2005, p.51)

Considerações finais

A docência universitária consiste em trazer a possibilidade de

contextualização da conjuntura social o que proporciona ao aluno a capacidade de reflexão crítica de sua identidade profissional. O debate teórico em torno da profissionalização da docência necessita dessa ênfase entre: 1) Até que ponto o trabalho docente está sendo desprofissionalizado?, Isso é até que ponto ocorre à desqualificação de suas atividades laborais? e 2) Até que ponto o trabalho docente está sendo proletarizado e/ou precarizado?. São essas reflexões problematizadoras que permeiam o desenvolvimento dessa pesquisa aliados a atividade docente e seus condicionantes internos.

A desprofissionalização da docência consiste em não disponibilizar no exercício da atividade docente o aprofundamento das questões crítico-reflexivas do que é o mercado de trabalho. Não há o incentivo no exercício da sua profissão, evita-se a qualquer momento a implementação de reformas mediante uma ação orientada e educativa de ampla responsabilidade com ao amparo da gestão do ensino em problematizar a qualidade do trabalho em si, na execução da tarefa, na aplicação do método, na atividade de pensamento, na ação-reflexão-ação e na capacidade de ordenação do conteúdo e no planejamento do ensino.

A proletarização da docência consiste em reconhecer a permanente alienação do e no trabalho e após detectar a contradição existente no modo capitalista de produção e caracterizar os seus impactos no interior das instituições educativas e no exercício da atividade docente. Neste contexto, a implementação de reformas educativas advindas da reflexão político-social transforma-se em argumento, justificativa e plano de ação teórico-prático para a implementação de reformas do ensino com ampla divulgação dos resultados qualitativos evitando-se assim os reducionismos pedagógicos e esclarecendo para o futuro professor os percalços da profissão no âmbito da sua formação.

São dois enfoques que possibilitam para o exercício da docência a instrumentalização e o desenvolvimento de uma nova postura analítica para a pesquisa em educação e que concede a possibilidade de cogitar melhorias

para as condições de trabalho docente devido à relevância conceitual e posteriormente devido à elucidação de um panorama educacional brasileiro distante de preconceitos e de práticas investigativas isoladas. No bojo das considerações destaco a importância da reflexão do fenômeno político-econômico da reestruturação do capitalismo que introduziu para o modo de produção do capitalismo, para a força de produção, para as bases materiais do capital, novas relações de trabalho, nova divisão do trabalho, nova fragmentação do trabalho, nova racionalização do trabalho, de parcelarização do trabalho, nova rotinização do trabalho, ou seja, um novo projeto educacional e uma nova gestão de/para o trabalho docente.

O permanente e constante retorno ao papel da docência universitária teve a intenção de funcionalizar o exercício da docência e disponibilizar de elementos de problematização para uma nova identidade docente, que pode ser de sistematização conceitual do que é trabalho. A ênfase prioriza um trabalho mais integrado, humanizado, criativo, significativo e produtivo para o docente. A importância de conceituar o significado do trabalho possibilita a reflexão dos meios de produção, pois fora dessa reflexão ele torna-se totalmente sem significado para o trabalhador (professor) que começa a não se reconhecer no exercício do seu ofício. A atividade laboral sem significado intelectual de capacitação de reflexão crítica é em si embrutecedora. O exercício da docência aqui delineado aponta para a grande necessidade de se repensar a postura e a prática do ser docente no que tange ao planejar em conjunto, avaliar no decorrer do processo de ensino-aprendizagem e no viabilizar melhores condições didático-pedagógicas de interlocução com o meio ambiente e seus limites de flexibilização e autonomia.

Assim, a experiência acumulada, refletida e submetida a confrontos com as teorias e práticas próprias constroem um jeito de ser professor que encontra o referencial teórico, científico e cultural que garantem a apropriação adequada ao desenvolvimento do intelecto. O trabalho docente em sua práxis necessita hoje da reinvenção dos saberes da docência segundo

a aplicabilidade de seus principais pressupostos.

Referências

- ALVES, Ana E. S. Trabalho docente e proletarização. In: *Revista histedbr online*. Campinas, n. 36, p.25-37, dez, 2009.
- ALVES, GIOVANNI. O valor heurístico do conceito de precariado (prefácio). In: VALENCIA, Adrian Sotelo. *Precariado ou proletariado?* Tradução de Diógenes Moura Breda. Bauru: Canal 6, 2016.
- ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: As múltiplas formas de degradação do trabalho, In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 83, p. 19-34, 2008.
- APPLE, Michael W. Relações de trabalho e gênero e modificações no processo de trabalho. In: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo (60), p.3-14, fev, 1987.
- ARROYO, Miguel. Pedagogia das relações de trabalho. In: *Revista Trabalho e educação*, Belo Horizonte, n. 2, ago./dez. 1997 (p.61-67).
- BITTAR, M; JUNIOR, A.F. Proletarização de professores. In: OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A.M. C; VIEIRA, L.M.F. *Dicionário: trabalho, profissão e condição docente*. BH: UFMG/FE, 2010. (cd rom)
- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- DIAS, Ana Maria Iorio & VEIGA, Ilma Passos A. Leitura e (auto) formação na educação superior. In: DIAS, Ana Maria Iorio, et al (Orgs). *Docência Universitária: saberes e práticas em construção*. Belém: IFPA/Unama, 2011. (p.245-258)
- GARCIA, Maria M. A. & HYPOLITO, Alvaro M. & VIEIRA, Jarbas S. As identidades docentes como fabricação da docência. In: *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2005.
- GIOVANNI, Luciana Maria. Indagação e reflexão como marcas da profissão docente. In: GUARNIERI, Maria Regina (Org.). *Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência*. 2ªed. Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2005. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 75) (p.45-59)
- GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Tradução: Daniel Bueno. Apresentação de Paulo Freire, prefácio de Peter McLaren. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GUARNIERI, Maria Regina. O início na carreira docente: pistas para o estudo do trabalho do professor. In: GUARNIERI, Maria Regina (Org.). *Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência*. 2ªed. Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2005. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 75).

HARGREAVES, Andy. *O ensino na sociedade do conhecimento: educação na era da insegurança*. Tradução Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004

HARVEY, David. A geografia disso tudo (cap. 6). In: HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

MÉSZAROS, István. *A educação para além do capital*. Tradução Isa Tavares. 2ª edição. São Paulo: Boitempo, 2008. Coleção Mundo do Trabalho).

NOVOA, Antônio. O passado e o presente dos professores. In: NOVOA, Antônio.(Org) *Profissão professor*. 2ª edição. Porto Editora. Portugal, 1999, (p.13-34)

NOVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. In: *Revista Cuadernos de Pedagogia*. N. 286, p.1-15, dez.1999.

OLIVEIRA, Dalila A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. In: *Revista Educação & Sociedade*. Campinas, vol.25, n. 89, P. 1127-1144, set/dez, 2004.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor: formação, identidade e trabalho docente. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção saberes da docência)

PREVITALI, Fabiane S; FAGIANI, Cilson C. Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman. In: *Cadernos EBAPÉ.BR*, v.12, n.4, artigo 1, Rio de Janeiro, out./dez, p. 756-769, 2014.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: *Capitalismo, trabalho e educação*. (17p), 2002. (impresso)

SALDANHA, Louremi Ercolani. *Planejamento e organização do ensino: um manual programado para o treinamento do professor universitário*. Porto Alegre, Globo, 1978.

SILVA, Rita de Cassia. O professor, seus saberes e suas crenças. In: GUARNIERI,

Maria Regina (Org.). *Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência*. 2ªed. Campinas, SP: Autores Associados; Araraquara, SP: Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2005. (Coleção polêmicas do nosso tempo; 75)

SACRISTAN, J. Gimeno. Consciência e acção sobre a prática como libertação profissional dos professores. . In: NOVOA, António. (Org.). *Profissão professor*. 2ª edição. Porto Editor. Portugal, 1999, (p.63-92)

Recebido em setembro de 2016.

Aprovado em janeiro de 2017.